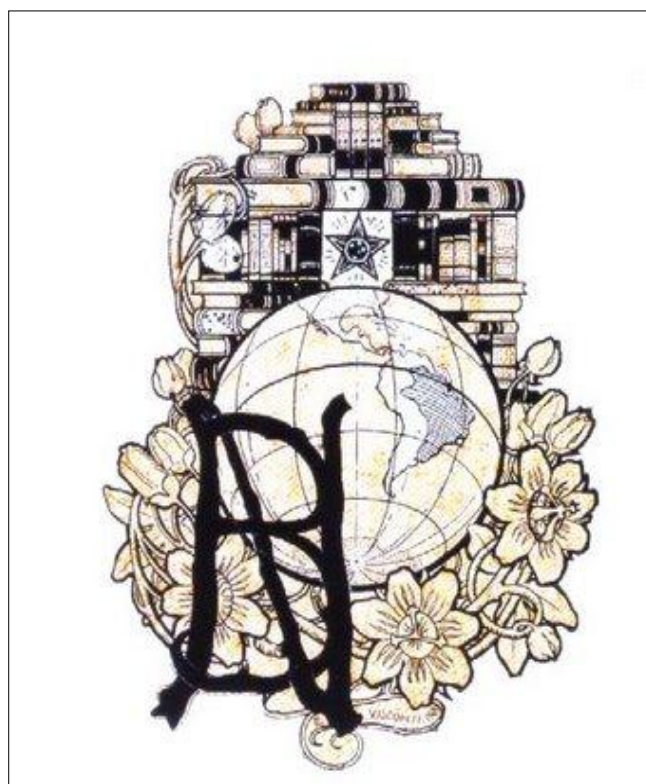


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Marcelo Gomes da Silva

*Imprensa docente na Primeira República: as representações dos professores na revista
O ENSINO (1919- 1920)*

Imprensa docente na Primeira República: as representações dos professores na revista *O ENSINO* (1919- 1920)

Marcelo Gomes da Silva

Refletir acerca dos debates e práticas divulgadas na revista *O ENSINO*, fundada em abril de 1919¹, consiste no objetivo deste trabalho. Por se tratar de uma revista vinculada a uma associação docente², suas páginas trazem as representações dos professores sobre sua própria profissão. Segundo Chartier (1990) “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (p. 17). Neste sentido, a revista *O ENSINO* pode ser uma fonte importante para a História da Educação, por esboçar os discursos sobre as condições da educação na época a partir da “voz” dos próprios professores.

O campo da História da Educação se constitui por várias temáticas que refletem os diversos olhares possíveis sobre a história. Métodos de ensino utilizados em diferentes épocas, materiais didáticos, instituições escolares, escolarização, pensamento pedagógico e história da profissão docente são alguns eixos intrínsecos ao campo.

Este trabalho insere-se nas discussões sobre a profissão docente, propondo pensar as atuações dos professores para além da relação professor/aluno, elencando a relação destes com o Estado. Segundo Antônio Novoa (1995) “a ‘indefinição’ do estatuto e o relativo ‘isolamento social’ dos professores provoca [ram] um reforço da solidariedade interna do corpo docente e, num certo sentido, a emergência de uma identidade profissional” (p.19). Do mesmo modo, indaga-se sobre os mecanismos utilizados pelos professores no processo de profissionalização docente. Acredita-se que os professores foram agentes imprescindíveis para a efetivação de um “sistema de ensino” no Brasil, ou seja, sem a cumplicidade dos mesmos, assim como suas ações cotidianas, apenas com ações via a instância estatal, dificilmente teria se estabelecido uma organização do ensino.

¹ Na Biblioteca Nacional encontram-se exemplares até o mês de junho de 1920.

² A revista era um “órgão da Liga de Professores”, fundada em 21 de maio de 1918.

Neste sentido, analisar os periódicos produzidos por professores é adentrar no campo de atuação desses atores e entendê-los como sujeitos atuantes e ativos no processo do “fazer-se”³ da categoria. As escritas encontradas nestes periódicos desnudam propostas, discursos, debates e representações sobre o que seria a profissão docente em determinadas épocas, e aponta, ao mesmo tempo, as exigências estabelecidas sobre as pessoas que se propusessem tornarem-se professores.

Os periódicos produzidos por docentes, portanto, representam uma importante fonte de análise, por se constituírem em vestígios das ações e atuações dos professores em diferentes épocas. O viés deste trabalho encaminha-se na análise dessas estratégias pensadas pelos professores, bem como da análise dos discursos e representações percebidas nas páginas da revista *O ENSINO*⁴.

O uso da imprensa para “ampliar os interesses da classe”

Os periódicos materializam as exposições das ideias dos sujeitos e, do mesmo modo, também podem ser entendidos como um dispositivo de luta e reivindicação, pois quem escreve qualquer texto para ser publicado em um jornal ou revista o faz tendo a consciência de que este espaço é inerentemente público. Isso significa que a imprensa, por sua circulação e/ou por sua função informativa, possui um caráter publicizador. Para Maria Helena Câmara Bastos (2002) a imprensa pedagógica contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, enfim, as práticas educativas.

Essa variedade de olhares e interpretações resulta em diferentes análises sobre a imprensa docente. Nesta acepção, encontram-se trabalhos que se propõem a discutir o

³ A perspectiva aqui esboçada dialoga com o conceito de “fazer-se” elaborado pelo historiador E. P. Thompson no trabalho *A formação da classe operária Inglesa*. Utilizamos o termo entendendo que o processo da constituição da profissão docente se deu de forma processual, a partir das ações, reações e atuações dos professores.

⁴ Inicialmente, ao se inserir no Programa de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, apontamos os seguintes periódicos para análise: *A Eschola*, *Educação Nacional*, *Revista Pedagógica*, *Educação e Ensino*. Porém, o contato com a documentação disponível na Biblioteca Nacional fez emergir outros periódicos que não conhecia e conseqüentemente se mostraram importantes para a realização do trabalho, entre eles: *O MAGISTÉRIO (1909)*, *EDUCAÇÃO NACIONAL (de Portugal 1909)*, *A ECLECTICA (1924)*, *A FEDERAÇÃO (1929-1932)*.

papel da imprensa como mecanismo educativo, como formadora de uma opinião pública, ou até mesmo como uma imprensa pedagógica, que seria um espaço destinado aos professores, ou seja, um espaço de compartilhamento de ideias didáticas e pedagógicas em geral.

Seguindo a dinâmica do uso da imprensa articulado a uma organização docente, encontra-se a revista *O ENSINO*, órgão da Liga de Professores, com periodicidade mensal, fundada em abril de 1919⁵. A utilização da imprensa enquanto fonte requer alguns cuidados metodológicos, como apontados por Helena Capelato (1994), que alerta para os cuidados iniciais que devemos ter ao utilizar esse tipo de fonte, e propõe algumas indagações a respeito do jornal e/ou revista utilizada: quem são seus redatores? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados para “conquistar” o leitor?

O periódico em questão era dirigido aos professores e seus exemplares eram enviados “gratuitamente a todos os sócios da Liga de Professores” e contavam com a colaboração dos docentes da cidade do Rio de Janeiro, associados ou não à Liga. Qual a intenção de um impresso ser distribuído para todo o corpo docente? A colaboração financeira dos docentes era suficiente para cobrir a despesa com a divulgação do periódico ou havia outros meios de mantê-la? Qual o objetivo da revista? Acredita-se que tais questionamentos são fundamentais para se entender a função social e política da revista *O ENSINO*. A edição inaugural buscou apresentar as razões do lançamento deste impresso, as quais estavam atreladas aos interesses da Liga de Professores:

A “Liga de Professores” é uma liga de classe e tem como programa – amparar os justos interesses da classe, defendendo-lhe os direitos e procurando argumentar-lhe o prestígio. Nada mais legítimo do que os intuítos com que nos apresentamos (*O ENSINO*, abril 1919. p.1).

A revista funcionaria como um canal de diálogo entre os professores do Distrito Federal (Rio de Janeiro), pois aceitava “com satisfação a colaboração de todos os sócios”.

Atendendo a esses intuítos “O ENSINO” compreenderá três secções: uma de discussão teórica dos interesses pedagógicos e tudo que diz como os de educação, uma secção minimamente prática para auxílio e orientação dos

⁵ É possível encontrar na Biblioteca Nacional a revista até o mês de junho de 1920.

encarregados das classes primárias; e uma secção dedicada especialmente à defesa dos interesses e dos direitos do professorado (idem, p.1).

A Diretoria da Liga de Professores era composta pelo Presidente: Monoel Bomfim; Vice-Presidente: Júlio C. de Mello e Souza; Primeiro Secretário: D. Felicidade Moura Castro; Segundo Secretário: Hilário Passos; Primeiro Tesoureiro: Antônio Cabral; Segundo Tesoureiro: Manoel D.M. Junior; Primeiro Bibliotecário: Antônio Moreira; Segundo Bibliotecário: Álvaro Gomes; Procurador: Astrogildo Pereira. Conselho Deliberativo – Catedráticos: Maria Reis Campos e Felicidade M. Castro. Adjuntas: De primeira Classe: Arminda A. Macedo; Segunda Classe: Julieta Capanema e Luiza Franciscane; Terceira Classe: Eduardo Vasconcelos e Alice Bustamante. Professorados: Luiz B. Alqueres e Josephina da Cruz Machado.

Como foi possível perceber, a revista era um órgão da Liga de Professores, que trazia como presidente Manoel Bomfim, intelectual que reconhecia o poder da imprensa, tendo publicado vários artigos “sobre educação e/ou instrução pública” (GONTIJO, 2010, p.18).

Em trabalhos importantes sobre Manoel Bomfim, a exemplo do livro *Manoel Bomfim*, da coleção “educadores” do Ministério da Educação produzido por Rebeca Gontijo (2010) e do *Dicionário de Educadores no Brasil* (1999) não se assinala sua participação na revista.

No verbete do dicionário, no conjunto de informações sobre o intelectual, são listadas várias outras revistas em que ele contribuiu, entre elas: *Educação e Ensino*, *Pedagogium*, *A Universal*. Do mesmo modo, são assinalados alguns jornais em que ele colaborou: *Correio do Povo*, *A Nação*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *A República*, dentre outros. Tendo em vista a vasta bibliografia utilizada para a confecção das duas obras supracitadas, é interessante observar a ausência da revista *O ENSINO* nas pesquisas que tratam de Manoel Bonfim.

A imprensa foi um forte veículo transmissor de ideia. Neste sentido, cabe-nos elencar os professores como contribuintes para divulgação do pensamento educacional na revista *O ENSINO*. Entre eles, encontramos os nomes de: Manoel Bomfim, Álvaro Palmeira, Maria R. Campos e tantos outros. As páginas da revista eram todas destinadas às contribuições textuais dos professores colaboradores, não possuindo nenhuma propaganda, o que demonstra a falta de patrocínio de algum produto ou empresa, sendo financiada, a priori, pelas contribuições dos associados e pelas vendas aos interessados.

Seu primeiro número, em abril de 1919, apresentava 64 páginas, tendo sido reduzido para a média de 32 páginas a partir do segundo exemplar, até o último número disponível na Biblioteca Nacional, em junho de 1920.

O primeiro número exibía sessões exclusivas, como “A LIGA DOS PROFESSORES E SEUS PROBLEMAS” e “OS ESTATUTOS DA LIGA”. Os estatutos foram aprovados em assembleia geral dos professores do Distrito Federal e continham setenta e sete artigos, sendo que o primeiro definia o caráter da Liga de Professores:

Art. 1º Conforme resolução na reunião de professores realizada a 21 de maio de 1918, no edifício da Escola Normal, fica fundada no Distrito Federal com a denominação de “Liga de Professores”, uma associação que obedecerá a estes estatutos (*O ENSINO*, abril 1919, p.57).

Entre os fins da Liga, estavam: “a) agir sempre, lançando mãos dos meios ao seu alcance, para o engrandecimento, progresso, solidariedade e defesa da classe (...) h) realizar congressos pedagógicos” (*O ENSINO*, abril 1919, p.57) e a criação de bibliotecas. Nota-se na revista um discurso em prol dos direitos dos professores, mas não somente isso. Almejava-se a melhoria da instrução em geral.

A partir do segundo número, percebe-se a continuidade de algumas sessões, entre elas, a “COLUNA FRANCA”, “PRÁTICA DO ENSINO”, “INTERESSES DO PROFESSORADO”, “OBREIROS DO ENSINO”, que continham contribuições de professores da época.

A sessão “PRÁTICA DO ENSINO”, como o próprio nome já diz, tinha a intenção de ser um suporte para os professores no seu cotidiano escolar. Neste espaço, eram expostas temáticas de aula de diversas disciplinas, como História, Matemática, Geografia. A partir dessa coluna é possível perceber a concepção de ensino da época, assim como, por se tratar de uma revista, “o modo considerado ideal” de se ensinar determinados conteúdos.

Em “COLUNA FRANCA” observou-se que os professores da cidade, sócios ou não da Liga de Professores, escreviam para denunciar, reclamar, expor suas ideias sobre a educação. Todas as sessões podiam ter a contribuição dos professores, mas, esta especificamente, parece que funcionava como um canal direto com os leitores. Os professores que tinham seus textos expostos nesta sessão, geralmente assinavam apenas suas iniciais ou, muitas vezes, não assinavam devido ao teor exposto.

Por motivo da alta intensidade das colaborações, alguns textos não eram publicados:

Aos nossos colaboradores: Devido ao acúmulo de matéria e a exiguidade das páginas d'O ENSINO, deixa de sair muita colaboração, que nos foi enviada. Fica o aviso e com ele, o pedido que fazemos de ser-nos revelada a involuntária falta (*O ENSINO*, junho 1919, p. 5).

Outra questão instigante e que merece atenção trata-se da localização da sede da Liga dos Professores. Percebe-se uma mudança de endereço da revista e da Liga, que inicialmente, funcionava na Rua do Passeio número 82, coincidentemente, próxima ao *Pedagogium*, localizado na mesma Rua do Passeio, número 66. As possíveis relações com o *Pedagogim* são cabíveis a partir de um nome e de um pertencimento em comum, Manoel Bonfim. Tal nome estava ligado tanto a esse instituto quanto a revista *O ENSINO*. Como destacado, a Liga de Professores foi fundada em 1918, ainda que a revista tenha surgido em abril de 1919, mesmo ano do fechamento do *Pedagogium*.

Apesar da fundação da revista ter se dado em 1919, as suas páginas remetem a um contexto de organização dos professores da cidade do Rio de Janeiro que talvez mereça ser elucidado. Neste sentido, o próprio acervo da Biblioteca Nacional, permite um cruzamento com outros periódicos produzidos naquele contexto e que pode contribuir para um maior entendimento da própria revista, pois, como alertou Bloch:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza (BLOCH, 2001, p. 80).

Por outro lado, o movimento de organização dos professores do Rio de Janeiro, pode estar expresso alguns anos antes da fundação da Liga de Professores. Nesta acepção, torna-se importante pontuar a existência dos periódicos *A ESCHOLA*, e *MAGISTÉRIO*⁶.

A revista *A ESCHOLA* também surgiu como publicação mensal, tendo seu primeiro número lançado em julho de 1900⁷. O editorial da primeira edição apresentava a revista assinalando que a política da época consistia um entrave no desenvolvimento da instrução e apontava para a necessidade de “recomeçar de baixo”. Percebe-se o

⁶ *A ESCHOLA* (1900), Órgão da Associação dos Professores do Brasil. *O MAGISTÉRIO* (1909), também vinculada à Associação dos Professores do Brasil, fundada no mesmo ano de 1909.

⁷ Na Biblioteca Nacional encontram-se apenas os dois primeiros números. Não obtive informações se a revista encerrou-se ou se outros possíveis números não resistiram à ação do tempo.

posicionamento da revista se colocando como representante dos professores que eram a “base” da instrução, ao mesmo tempo apontava para um projeto de ação para a “classe professoral”.

O primeiro exemplar contava 24 páginas, sem sumário, não contendo nenhum tipo de publicidade ou “intuitos mercantis”. Segundo o periódico “todos os proventos materiais que vier a auferir na carreira que enceta, revertê-los-á aos seus assinantes (...)” (p.5). Entre os colaboradores e redatores, segundo o próprio periódico, figuravam “nomes invejáveis, glórias do magistério público e particular” (p.6). Estas características são interessantes para se pensar o papel da imprensa como articuladora dessas organizações docentes, o que demonstra a relevância de se investigar os colaboradores desses periódicos, suas circularidades e a presença desses professores nas disputas pelos projetos educacionais postos em cada época.

O corpo editorial da revista era composto pelo redator chefe: Dr. Eugênio Guimarães Rebelo. Secretário: Vicente Avellar. Gerente: Francisco Macedo. Colaboração Efetiva: D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. D. Junia Cerqueira Rodrigues. Ezequiel Benigno de Vasconcelos. Joaquim de Alcântara. Theóphilo Barbosa e Vicente Avelar.

A descrição do redator e dos colaboradores é importante para se refletir sobre quem eram esses sujeitos e perceber as relações de sociabilidades tecidas por eles. Com isso, elenca-se a relevância em se pensar a presença dos sujeitos (professores ou não) a partir de suas redes de sociabilidades, pois, “(...) investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e grupos, buscando mapear suas ideias, tradições, comportamentos (...)” (GONTIJO, 2005, p.277).

Os artigos não assinados eram considerados do redator chefe e expunham o pensamento da Associação dos Professores do Brasil. Assim, os artigos dos colaboradores eram identificados pela assinatura, por extenso. A revista se eximia da opinião dos colaboradores, ou seja, abria-se espaço para a participação dos professores, mas, o que eles escreviam era de sua responsabilidade, pois “a doutrina neles expedida não envolver[ia] a responsabilidade da redação”. (p.6). Esta observação no editorial da revista demonstra a heterogeneidade existente entre os professores, com diversas disputas e concepções sobre os diversos assuntos em torno da atuação docente. A atuação dos professores em movimentos reivindicatórios não é algo estranho e vindo de fora da prática docente, mas dela faz parte. Assim, a emergência do associativismo

docente teria se constituído a partir das lutas empreendidas pelos professores, no início de forma isolada e depois de forma conjunta, submetidas a determinadas relações de poder, ao mesmo tempo em que também as definia (LEMOS, 2006).

O conteúdo da revista *A ESCHOLA* tratava de diversos assuntos relacionados ao ensino. Em suas páginas percebe-se desde críticas ao “ENSINO MUNICIPAL”, até discussões em torno do “PREPARO DA MESTRA⁸”. Nota-se um direcionamento nas questões do ensino, em relação ao conteúdo a ser tratado, ou seja, no papel do professor, assim como, percebemos emulações a respeito de questões que compõem o discurso mais amplo, a exemplo de críticas feitas à estrutura escolar.

Em relação ao “ensino municipal”, encontra-se uma crítica aos prédios escolares e uma relação ao mau funcionamento das escolas e a impossibilidade de cumprimento das normatizações devido a essas questões. Além da precariedade estrutural, debatia-se também a formação dos professores, dizendo que:

Para esse preparo é indispensável à fundação imediata de uma Escola de Aplicação ou Escola Prática, como a quiserem chamar, onde as alunas diplomadas aprenderão a estudar as crianças para educa-las. É nessa escola que nossas inteligentes moças hão de tornar-se dignas educadoras dos filhos do povo (*A ESCHOLA*, n. I, 1900, p.10).

A instrução seria responsável, de acordo com Faria Filho (2001) por uma dupla finalidade: como tarefa fundamental para a constituição do Estado brasileiro e como condição de manutenção desse Estado, garantindo meios de governabilidade, que só seria alcançada através da instituição de mecanismos de atuação sobre a população, onde “[...] a instrução, enquanto mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo desviasse do caminho traçado” (FARIA FILHO, 2001, p. 137). À medida que a escola exercia o papel de civilizar o povo e de construir a nacionalidade, os professores também sofriam esse processo, porém, de algum modo, os indivíduos encontravam espaços de liberdade quando submetidos a normas rigorosas (MULLER, 1999).

acentuando cada vez mais o nosso pensamento, não hesitamos em doutrinar que mais vale, por exemplo, dar ao aluno na escola primária ensino elementar solido, limitado à leitura, escrita, desenho e contabilidade aplicada aos usos da vida, do que habituá-lo a tocar a superfície de conhecimentos superiores à

⁸ Os termos em destaque são os títulos das sessões da revista.

sua capacidade intelectual e à sua força de assimilação (*A ESCHOLA*, n.2, 1900, p. 1).

Outro periódico encontrado durante a pesquisa na Biblioteca Nacional denomina-se *O MAGISTÉRIO*, surgido em 1909, segundo o editorial, com o intuito de “congregar os professores do Brasil”. A “revista Pedagógica, didática e literária”, propriedade da Associação dos Professores do Brasil, fundada no mesmo ano, aceitava e publicava “gostosamente qualquer artigo que, escrito nos moldes da moral e da civilidade” defendesse os interesses e direitos de qualquer membro da classe professoral.

A tônica da revista estava em discussões didáticas sobre o ensino, entre elas temáticas como a “LINGUA FRANCEZA”, ARITHMÉTICA, LINGUA PORTUGUEZA, dentre outros assuntos. Mas, a exemplo d’*A ESCHOLA*, notam-se discussões sobre o papel do professor, sua importância para a instrução e quais características se esperava do mestre:

O mestre escola de outrora, o pedagogo dos tempos extintos transformou-se, evoluiu e hoje, é uma individualidade repassada de valiosos conhecimentos e da mais requintada moralidade, sendo para notar que ainda estas qualidades não bastam, é preciso o poder transmissor de mérito pedagógico, qualidades estas que não são dadas a todos, nem são privilégio de sexo e poucos são as que possuem (*O MAGISTÉRIO*, 1909, p.1).

Laura Maciel (2008) nos aponta a complexidade das relações observadas entre as categorias de trabalhadores, descrevendo os conflitos e as disputas existentes. No caso dos professores, podemos observar essa questão nas páginas d’*OMAGISTÉRIO*:

(...) o professor (é triste dizê-lo) não se sente bem ao pé de outro professor. Quando passam um pelo outro no seu caminho, um mutuo foco de luz fria e letal da indiferença se acende; e passam... quantas vezes sem se saudarem ao menos. Parece que cada um só vê no outro um inimigo a desprezar, se não a combater (*O MAGISTÉRIO*, 1909, p.1).

Cabe aqui uma problematização sobre o discurso proferido na imprensa. Ou seja, percebemos uma aclamação a união, neste sentido, pode ter ocorrido uma apelação quase dramática em prol da “congregação” da classe. Essa estratégia ou postura discursiva em periódicos, assim como suas relações com associações podem ser encontrados em diversos momentos da História da profissão docente.

“Congregar a classe” seria uma tarefa para além das páginas da revista, pelo menos é o que se pode inferir pelo convite feito aos “membros da classe professoral” do

Rio de Janeiro, para uma reunião a “realizar-se no dia 2 de setembro (...) as 2 horas, no Lyceu de Artes e Ofícios” (p.24). Os Estatutos da Associação dos Professores do Brasil seriam apresentados nesse encontro, o que veremos mais adiante.

Emergir a partir de uma organização docente pode ser considerado um padrão nas revistas analisadas. Ao mesmo tempo, as diferentes temporalidades e a inconstância no surgimento de Associações, um intervalo de quase dez anos entre elas, demonstra a intensidade e complexidade do movimento docente no período. Cada revista se apresentava com seu próprio discurso, porém, unir a classe era a tônica central.

“Conquistar o favor público” e “congregar os professores”

As formas dos professores atuarem e agirem podem ser observados em diferentes instâncias. No caso deste trabalho apontamos a relação entre a organização docente em associações e o uso da imprensa como mecanismo articulador do professorado. Ao mesmo tempo, o uso da imprensa revela o lugar que os professores ocupavam na cidade, contribuindo para uma reflexão em torno da própria profissionalização docente, no sentido elencado por Nóvoa de que:

A história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também cria-la. A grande operação histórica da escolarização não teria jamais sido possível sem a conjugação de diversos fatores de ordem econômica e social; mas é preciso não esquecer que os agentes deste empreendimento foram os docentes (NOVOA, 1991, p. 123).

Como aponta Antônio Nóvoa (1995) à profissionalização da docência foi ocorrendo num processo gradativo, gerado a partir das relações estabelecidas entre o professor e o Estado. Para o autor, historicamente, a última etapa desse processo ocorreu no momento em que os professores se conscientizaram enquanto classe profissional, fato que se materializou na criação das primeiras associações docentes.

A Associação dos Professores do Brasil, a qual a revista *A ESCHOLA* estava vinculada, foi inaugurada em 11 de fevereiro de 1900, e elegeu em março a seguinte diretoria: Presidente: Felicíssimo José Fernandes Lima, vice-presidente: Dr. Raul do Nascimento Guedes; 1º Secretário: Romualdo de Alcantara, 2º Secretário: Arthur

Paraíso; Tesoureiro: Joaquim de Alcantara; Bibliotecário: Manoel José Teixeira; Orador: Afonso Herculano de Lima.

Segundo informações contidas na revista, após a eleição da diretoria a Associação já contava com elevado número de sócios, tendo inclusive, publicado seu estatuto, o qual não se encontra nos exemplares da revista disponíveis na Biblioteca Nacional. Além disso, eram realizadas reuniões, nas quais eram discutidos os problemas da instrução pública sobre o “prisma dos grandes interesses da comunidade”. A revista *A ESCHOLA* surgiu em uma das deliberações da associação “após longo debate”.

O movimento associativo e as estratégias pensadas pelos professores, a exemplo da criação dos periódicos, constituiu o processo de fazer-se da própria categoria docente, como aponta Schueler:

Nesse esforço coletivo dos professores e professoras rumo à associação e à organização como grupo profissional, estavam em causa tentativas de construção e de afirmação de identidades — sempre provisórias, fluidas e mutáveis, porque históricas —, em meio às contradições, ambigüidades, diversas práticas e representações da profissão e múltiplas e multifacetadas experiências docentes que os professores, individualmente, elaboraram (e reelaboravam) e vivenciaram. (SCHUELER, 2005, p. 381)

As representações dos professores sobre o que seria a profissão docente, eram construídas a partir dos valores de época. Neste sentido, o discurso sobre a moralidade era constantemente reproduzido nas páginas das revistas, como forte indicador do uso deste espaço também como reprodutor de discursos. Isso não significa desconsiderar a importância dos conteúdos, mas as “contradições” e “ambigüidades” são marcas constantes nos periódicos que em um momento se propõem como porta vozes dos “de baixo”, sendo “o povo quem preg [aria] a nova cruzada” e em outros, o reforço do papel moralizador sobre a profissão:

A Associação não hesitou em subvencionar esta publicação com recursos que deveriam ter outro destino, tais os resultados morais que espera auferir desse concurso de inteligência, aplicados ao estudo das momentosas questões do ensino(...) Não se admitirão nos artigos referencias a pessoais odiosas, devendo a discussão manter-se, invariavelmente, no terreno mais cavalheiro da polidez. (*A ESCHOLA*, 1900, p.6)

O que significava manter a “polidez” dentro da disputa e do debate político? Qual o sentido dessa construção discursiva? São questões que nos remete a pensar nas regras de sociabilidades que transmitem um sentido de negociação, um código do que

seriam tolerável dentro dessa disputa, subentendidas nas posturas encontradas nas revistas, pois como alertou Simmel “a sociabilidade é o jogo no qual se ‘faz de conta’ que são todos iguais (...) e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade” (SIMMEL, 1983, p. 173).

Nos dias atuais ainda observamos o discurso pelo desejo de união dos professores, o que parece ter sido uma constante em diferentes momentos da História. Nove anos após o surgimento da revista *A ESCHOLA*, juntamente com a associação, *O MAGISTÉRIO* anunciava: “o que é mister agora é que se engrosse, se avolume, se fortifique e produza o efeito almejado: congregar os professores do Brasil” (p.1)

Podemos entender o clamor pela união como uma estratégia discursiva da revista, ou considera-lo uma leitura da realidade, ou seja, “lançando as vistas por sobre a multidão dos nossos professores, fácil e evidente se percebe quanto superior é à força de repulsão em confronto com a de coesão entre eles” (p.1).

O estatuto da Liga de Professores, publicado na revista *O ENSINO*, em seu art. 6 discorre que “A admissão dos sócios será feita mediante proposta firmada por qualquer dos associados o pelo próprio candidato”, e teria como fins “a) agir sempre, lançando mãos dos meios ao seu alcance para o engrandecimento, progresso, solidariedade e defesa da classe”, enquanto *O MAGISTÉRIO* publicava em 1909 os estatutos da Associação dos Professores do Brasil, cujo “Fim Social” estava descrito no Art. 2” A associação tem por fim, promover a união e a prosperidade da classe professoral, sob todos os aspectos”.

Na revista *O ENSINO* também se observa essa tônica discursiva em prol da classe, ao dizer que “A liga dos professores considera os interesses da classe identificados com os interesses superiores do ensino” não distinguindo uns dos outros. Cabe aqui lembrar que o termo “classe” utilizado nos periódicos se refere à categoria dos professores, mas, ao mesmo tempo, o aparecimento das associações e revistas como forma de “congregar” os professores representa uma forma do fazer-se da categoria, tomando a concepção de classe elaborada por Thompson, quando diz que:

A classe acontece quando homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe e a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições,

sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

As “experiências” comuns vivenciadas pelos professores estão expressas nas revistas através das críticas tecidas às esferas de ensino, o que coloca os professores em um campo comum e “contra outros homens”. No entanto, percebeu-se também um alinhamento com o poder público, os setores institucionais e os agentes do estado envolvidos com a instrução. Entendemos essa relação não como um paradoxo, mas como uma característica da complexidade que permeia a relação professor/estado. É preciso refletir sobre quem são os professores que escrevem e atuam nesses espaços. Podemos ainda, inferir a partir das estratégias existentes nas relações sociais e remeter ao Thompson quando diz que “não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*” (THOMPSON, 2001, p.262).

Considerações finais

O olhar proposto neste trabalho buscou refletir sobre o uso da imprensa como mecanismo de articulação, de congregação e de “defesa da classe” por parte dos professores. Entende-se que a imprensa docente também pode ser pensada a partir do contexto de movimentação dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Isso significa compreendê-la dentro de um processo de disputa de ideias, espaços e de grupos dentro da categoria docente.

A situação do ensino reflete e traduz o estado social. A época apresenta-nos, salvo de uma ou outra exceção confortadora estadistas trompolineiros, políticos enfatuados e risíveis, funcionários encantadoramente vadios e engomados, damas melindrosas d’olhos untados de glicerina. Tudo se abastardou: o caráter, a inteligência, a honestidade. É o século hipócrita e oleoso do exibicionismo charlatão e manequim” (O ENSINO, 1919, p.7).

Ao se referir aos periódicos educacionais Antônio Nóvoa (2002) considera que os jornais ou revistas permitem emergir “vozes que tem dificuldade de se fazerem ouvir em outros espaços sociais tais como a academia ou o livro impresso” (NÓVOA, 2002, p.13). Portanto, para além da análise da sua materialidade, a imprensa pode ser entendida como um espaço utilizado com uma finalidade, inserido em um processo de disputa, o que pode ser observado na “missão” da revista *A ESCHOLA*:

Não há exagero. Si a sorte permitir-nos o desenvolvimento do nosso programa, havemos de abordar a um e um os assuntos vitais para o ensino, tendo então a oportunidade de demonstrar quão grandes e radicais são as reformas que está reclamando este ramo importantíssimo da administração em nosso país. Pagnar para que seja uma realidade essa promessa sedutora de “ensino útil ao povo” é a missão da Eschola. (A ESCHOLA, 1900, p.5)

Seguindo a problematização formulada por Laura Maciel (2008), em relação à “imprensa de trabalhadores”, comungamos da mesma perspectiva de que as ações, os escritos, os usos da imprensa docente, não pode ser pensada “deslocada das experiências sociais que a sustentava”, é preciso considerar as “divergências políticas e projetos em disputa no interior de uma mesma categoria” (p. 91).

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Câmara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do Professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951 – 1992). In: CATANI, Denice Barbara e BASTOS, Maria Helena Camara (orgas.) *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2.ed.São Paulo, SP: Contexto/EDUSP, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa:Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FARIA FILHO, Luciano & BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*, jan./jun.2009, v.9, n.1, p.10-24.
- FRACO, Maria Ciavatta; GONTIJO, Rebeca. Manoel José do Bomfim (verbete). In: *Dicionário de Educaodres Brasileiros: da colônia aos dias atuais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC-Inep/Comped,2002.pp.755-763.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. 1 ed, Recife-Brasília: Massangana – MEC, 2010. 168p.
- GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.;BICALHO, M.; GOUVÊA, M. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 259-284.

LEMOS, Daniel Albuquerque Cavalcanti. *O discurso da Ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História e Perspectivas*, V. 1, 2008.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na Primeira República. *Cadernos Penesb*, Niterói: Intertexto, 1999.

_____. *As construtoras da nação: professoras primárias na primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

NÓVOA, Antônio A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português .Colaboração de Filomena Bandeira, João Carlos Paulo e Vera Teixeira. In: CATANI, Denice Barbara e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.) *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1991, n. 4, p.109-139.

_____. *Profissão professor*. NÓVOA, A. (org.). *Profissão professor*. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995.

SIMMEL, G. (1983). Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, E. M. (org.), *Simmel*. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática.

SCHUELER, Alessandra Frota M. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.3, p.379-390, set./dez.2005.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981. 125

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

_____. Experiência e educação. In: *Os Românticos. A Inglaterra na Era Revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.